Revista Temas & Matizes
Núcleo de Formação Docente e Prática de Ensino – NUFOPE ISSN: 1981-4682

PROPOSIÇÕES PARA O DEBATE SOBRE A ATUAÇÃO DO GRUPO BANCO MUNDIAL NA EDUCAÇÃO DA AMÉRICA LATINA EM TEMPO DE GLOBALIZAÇÃO NEOLIBERAL

Dr. Thiago Rodrigo Fernandes da Silva Santos 0000-0002-2994-3921
Universidade Federal de Pernambuco

RESUMO: Principalmente depois da década de 1970, o mundo tem sido palco de profundas mudanças no rumo econômico e social. A maior exemplificação disso foi a ascensão do modelo neoliberal de mercado, inicialmente fomentado na Inglaterra e nos Estados Unidos da América e, depois, implantado no terreno ditatorial de alguns dos Estados latino-americanos. Partindo dessa compreensão histórica, o presente texto aborda questões sobre as tendências contemporâneas de elaboração, implementação e avaliação de políticas públicas educacionais na América Latina. Ao problematizar o conceito de globalização neoliberal, são evidenciados os atores supranacionais, com destaque para o Grupo Banco Mundial (BM), que vem participando com maior força da galvanização dessa lógica de produção hegemônica, a qual interfere, diretamente, na Educação. A reflexão apresentada vai na direção da defesa de que o BM, como organismo internacional que mais financia políticas públicas educacionais, quando comparado aos seus congêneres, apenas fortalece a lógica da globalização neoliberal em Educação por encontrar atores locais que aderem à lógica por ele defendida. No arremate, ao contrário de propor o esgotamento do debate, são apontados, no texto, caminhos para uma leitura não ingênua dos movimentos na educação latino-americana do tempo presente, em especial, para aqueles(as) que almejam se iniciar com propriedade no debate.

PALAVRAS-CHAVE: Grupo Banco Mundial; Globalização Neoliberal; Políticas Públicas Educacionais.

PROPOSITIONS FOR THE DEBATE ON THE ACTION OF THE WORLD BANK GROUP IN EDUCATION IN LATIN AMERICA IN A TIME OF NEOLIBERAL GLOBALIZATION

ABSTRACT: Especially since the 1970s, the world has undergone profound economic and social changes. The best example of this was the rise of the neoliberal market model, initially promoted in England and the United States and later implemented in some Latin American dictatorships. Based on this historical understanding, this text addresses issues related to contemporary trends in the development, implementation, and evaluation of public education policies in Latin America. By questioning the concept of neoliberal globalization, it highlights supranational actors, particularly the World Bank Group (WB), which has been playing an increasingly important role in galvanizing this logic of hegemonic production, which directly interferes with education. The reflection presented here argues that the WB, as the international organization that provides the most funding for public education policies compared to its counterparts, only strengthens the logic of neoliberal globalization in education by finding local actors who adhere to the logic it defends. In conclusion, rather than proposing an end to the debate, the text points to ways of reading the current movements in Latin American education in a non-naive way, especially for those who wish to properly engage in the debate.

KEYWORDS: Neoliberal Globalization; Public Education Policies; World Bank Group.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

As interfaces entre o modelo neoliberal e as políticas públicas de educação são de acentuada relevância para a compreensão das tendências contemporâneas tensionadas nos níveis, etapas e modalidades de ensino no Brasil. Não obstante ao papel exercido pelos mais variados atores na agenda política, o movimento econômico sempre influenciou no rumo que o tema percorre no contexto da América Latina. Partindo desse pressuposto, o objetivo deste artigo é discutir como a formulação, a implementação e a avaliação de políticas educacionais em solo latino-americano estão sendo delineadas pelos atores de escopo global mais proeminentes no campo.

Na esteira desse debate, a conceituação de "política educacional" tomada neste artigo é aquela encontrada em Bello, Jacomini e Minhoto (2014, p. 373), para quem ela se refere ao "[...] conjunto de propostas que dão organicidade ao processo de escolarização direcionadas às instituições de ensino". Tais propostas são o reflexo das ações dos agentes do campo educacional, com impacto no conjunto dos sistemas de ensino ou em instituições-parte do sistema.

As políticas educacionais podem ser públicas ou privadas (Burton, 2014). Porém, são as políticas públicas que têm ganhado proeminência no debate público. Nesse sentido, "elas são 'públicas' porque envolvem um conjunto de ações realizadas pelo Estado e formadas pela política de diferentes atores, tanto públicos quanto privados, às vezes [lê-se, sempre] em disputa" (Burton, 2014, p. 319).

Com base em Gomes e Oliveira (2012) e Ruiz (2013), parte-se da premissa de que a política educacional, como disciplina, concentra-se no estudo, na análise, na interpretação e na problematização da realidade educacional em relação às bases jurídicas, normativas e de ação estatal. Por esse motivo, o que passa a ocupar o centro dessas discussões sobre política educacional, em nível local e global, é a participação, cada vez mais crescente, das Organizações Internacionais (OI) na elaboração, implementação e avaliação das políticas (Santos, 2014; 2017).

Ao levar em consideração que "[...] as políticas educacionais devem ser entendidas e estudadas como movimentos complexos, com participação de diferentes sujeitos sociais, cujas ações e comportamentos repercutem no conjunto da sociedade" (Bello; Jacomini; Minhoto, 2014, p. 375), o presente texto, como meio para a aproximação da realidade estudada, aponta subsídios para o entendimento das nuances próprias dos contextos internos à América Latina. Não deixa de considerar, portanto, que esses movimentos ocorrem em campos sociais historicamente específicos, logo, repletos de disputas travadas pelos agentes que neles transitam (Bourdieu, 2004; 2011).

Evidencia-se que o desafio contemporâneo no estudo das políticas educacionais é, ainda com mais força, correlacionar as atuações desses organismos ao papel de atores específicos com influência direta no campo da educação – com poder, por exemplo, de refratar as decisões externas que diretamente tocam/tangem ao campo, por meio de sua influência e poder de capital que detêm. São atores com trânsito nos níveis local (nacional), regional e transnacional.

O desafio do(a) pesquisador(a) da área de política educacional é, por conseguinte, calibrar sua análise considerando os aspectos históricos e geopolíticos de cada contexto, a viabilizar as relações internas e externas dos atores que participam do processo de elaboração, implementação e avaliação das políticas educativas. É esse caminho que o presente texto percorre, visando a caracterizar como se efetiva a presença de tais atores no cenário contemporâneo de disputas.

2 POLÍTICA EDUCACIONAL NA AMÉRICA LATINA: HISTÓRICO E CONTEXTO DE DISPUTAS NO TEMPO PRESENTE

O campo da educação na América Latina pode ser avaliado mediante a análise do conjunto dos aspectos nacionais e dos arranjos internacionais que o caracterizam. Ressalta-se que a noção de campo aqui seguida é a proposta por Bourdieu (2013),

para quem este se refere a um espaço social delimitado por regras de funcionamento e lógicas próprias.

Por esse motivo, tratar acerca do tema da educação nesse subcontinente é uma atividade complexa, pois há tendências históricas e emergentes no que se refere à desigualdade e à heterogeneidade que a caracterizam (Didriksson, 2008; 2012). O processo de modernização neoliberal foi incapaz de gerar a efetiva superação do desemprego em larga escala e melhorar as condições de vida dos povos oriundos dos diferentes países da região, daí a persistência da má distribuição de renda (Coelho, 2012). Como bem afirmou Souza (2018), o contexto latino-americano é político, econômico e socialmente desigual.

Quanto à sua localização geográfica física, a América Latina diz respeito a uma porção do Continente Americano, que se localiza entre a Terra do Fogo (conjunto de ilhas situado no extremo sul da América do Sul) e o Rio Grande (fronteira entre os Estados Unidos e o México) (Ribeiro, 2017). Os países que a constituem têm como características comuns, dentre outras, o fato de serem ex-colônias europeias e o idioma oficial ser originado do Latim.

Seu território se expande pelas três partes do Continente: América do Norte (México); América Central (Costa Rica, Cuba, El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras, Nicarágua, Panamá, República Dominicana); e América do Sul (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru, Uruguai, Venezuela) (Zanatta, 2017). É uma região que congrega várias culturas e que se faz impossível analisar o seu conjunto sem considerar as singularidades dos Estados que a constituem (Lamarra; Centeno, 2016).

Saviani (2011) e Martins (2011) informam que, na época da colonização iniciada no século XV, a América Latina foi palco da disputa entre Portugueses e Espanhóis pela divisão de suas terras. Os autores ainda afirmam que, à época da invasão pelos colonizadores, havia um sem-número de diversos povos originários, que tiveram sua cultura e modos de vida desconsiderados e dilacerados pelos europeus.

Exposto isso, consideram-se a existência e a condição de um território latino-americano pela aproximação física de seus países e pelos aspectos oriundos dos processos de colonização que marcam as suas histórias – os traços linguísticos, além de outras similitudes culturais advindas dos mesmos processos. Souza (2018) reflete que, por causa disso, a América Latina seria uma espécie de subcontinente do Continente Americano[i].

A origem da América Latina no cenário internacional foi a da colonização europeia ibérica (Bonetto, 2012; Cruz, 2012). A escravidão negra não era unanimidade nas colônias. No México e no Chile, foi uma realidade marginal, diferentemente do Brasil e dos países localizados na costa caribenha, onde a escravidão negra era abrangente e arraigada (Zanatta, 2017). Também houve a escravidão de indígenas. Esta ocorreu bem mais no território invadido pelos espanhóis do que na parte do reinado português.

Reforça-se que, mesmo com o aportamento desses povos, ela não é um único Estado; além disso, tem um tecido étnico-social heterogêneo (Dias Sobrinho, 2008; Souza, 2018). Por essa razão, na atualidade, ao lidar com as identidades dos povos que habitam nos países que a compõem, não há um conceito único sobre a ideia de Amárica Latina (Coelho, 2012).

Existem três níveis de desigualdade nos países que formam o bloco: a desigualdade interna entre as populações locais de cada Estado (López Segrera, 2010), a desigualdade entre os próprios países da região (Calcagno, 1997; Rivero, 2000) e a desigualdade em relação aos países industrializados externos ao bloco (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 2015; Ocampo; Flores, 2015)[ii]. De acordo com Moncayo Cruz (2012, p. 32):

> […] *nuestros Estados nacionales están asociados a los movimientos y guerras de independencia; a los enfrentamientos, las disputas y los acomodamientos de los inicios de la organización política autónoma, que en definitiva les imprimieron ciertos rasgos muy específicos, y a la subsistencia de formas de colonialidad*.

Temas & Matizes, Cascavel, v. 19, n. 35. Especial2025. *Ahead of Print*. Pró-reitoria de Graduação da Unioeste. DOI: 10.48075/rtm.v19i35.35647

Nesse mote, a noção que se toma por base, aqui, é a de que a América Latina é um território unido por características culturais, históricas e econômicas semelhantes, o que resulta em semelhanças nos sistemas de educação de cada um dos Estados que a compõem, salvaguardadas as devidas proporções. Ainda em tempo, considera-se que os povos que nela habitam apresentam anseios e conceitos para com a educação, que se unem quanto ao desejo de superação das desigualdades colonialmente construídas. É nesse cenário que atores de cunho supranacional, em contexto de globalização, vêm intervindo e construindo lógicas sobre (e para) a ideia de América Latina.

3 O MODELO DE GLOBALIZAÇÃO NEOLIBERAL NO CONTEXTO DA AMÉRICA LATINA

O neoliberalismo é um projeto transnacional capitalista, geminado no coração da Sociedade *Mont-Pèlerin* (Puello-Socarrás, 2013; 2015). Seu programa político está simbolicamente subscrito nas instituições nascidas em Bretton Woods (Coelho, 2012). Tais instituições, nomeadamente o BM e o Fundo Monetário Internacional (FMI), servem para a manutenção das ideias-força do paradigma neoliberal propostas naquela reunião (Bonal, 2004).

O modelo neoliberal, embora escolhido como o central na maior parte das conjunturas dos Estados-membros do BM, não foi aplicado de “maneira pura” em solo latino-americano, porém ele predomina nas atitudes decisórias dos governos em matéria educativa desde os idos dos anos 1990 (Calcagno, 1997). Como apontam Ocampo e Flores (2015, p. 232), em diversos setores, “[...] a opção da América Latina depois da Segunda Guerra Mundial foi por menos e não por mais Estado”[iii].

No âmbito da teoria neoliberal, o Estado é ausentado de sua centralidade decisória, para poder assumir um papel de Estado Regulador, porque deixa de ser o principal produtor de bens e serviços para passar a regular a produção do mercado ou ser um regulador de última instância (Krawczyk; Rosar, 2000; Afonso, 2001; Souza,

2018). O Estado segue sendo fundamental no âmbito do capitalismo em sua vertente neoliberal pelos motivos apresentados por Puello-Socarrás (2015, p. 15, grifos do autor):

> [...] la presencia relativamente activa del Estado, *en función* de reforzar y blindar las lógicas del sistema y paliar/matizar sus contradicciones inherentes. La presencia estatal – insistimos – no debe interpretar-se como una 'vuelta del Estado' *contra* el mercado, al contrario. La mayor presencia estatal es 'oportunista' (por ejemplo, los discursos y las prácticas institucionales de las llamadas alianzas público-privadas, la nueva gestión pública, la gobernanza), requerida precisamente para assegurar que el mercado *realmente* funcione y, especialmente, para 'corregir' sus fallas.

O neoliberalismo é uma expressão da globalização hegemônica (Scocuglia, 2000; Teodoro; Guilherme, 2017). E, em sendo o neoliberalismo latino-americano mais próximo ao ordo-liberalismo alemão, pela sua característica de admitir "[...] la regulación estatal en función de garantizar la libertad de mercado" (Puello-Socarrás, 2015, p. 25)[iv], pode-se considerar que as tensões dentro do campo da educação latino-americano estão entre a capacidade de os Estados regularem e manterem os seus respectivos sistemas educativos, ao mesmo tempo em que têm de lidar com as pressões impressas pelos atores internacionais, como os OI.

Os governos que primeiro propagaram o economicês da neoliberalização foram Thatcher (Inglaterra), Reagan (EUA) e Kohl (Alemanha) (Anderson, 1995; Harvey, 2014). Eles tipificam a atmosfera liberal-conservadora consistente e brusca que tomou conta da área político-econômica mundial (Pereira, 2010a; 2010b). É importante mencionar que, na época de ascensão da vertente neoliberal, era o monetarismo quem estava em voga nas transações econômicas do mercado mundial[v].

Nessa feita, as crises do petróleo de 1973 e de 1979, também denominadas Crises do Capital, foram um disparador desse modelo (Almeida, 2005; Brown; Lauder, 1997; Ocampo; Flores, 2015). Sobre o tema, Bourdieu (1998) argumenta que o neoliberalismo seria uma utopia, uma vez que se lança como uma ciência econômica perfeita.

Puello-Socarrás (2015) considera que, diferentemente das outras fases do capitalismo, o neoliberalismo é mais dinâmico e passível de mais rápida atualização, pois se demonstra mais ágil nas respostas às crises e, portanto, é resiliente por sua capacidade de ser resistente às crises ideológica e epistêmica já sofridas pelo Liberalismo Clássico. Na acepção de Moncayo Cruz (2012), ele promove, em verdade, um tempo de financeirização da economia.

O conjunto de medidas no âmbito da organização dos Estados, realizadas no fim dos anos de 1980 e início dos anos de 1990 na América Latina, também foi orientado para responder à globalização econômica (García Guadilla, 2003; Rivero, 2000; Torres, 2008). Na análise de Rosemberg (2000), existe uma arena de negociações em torno das políticas sociais onde os organismos multilaterais, como o BM, participam. No campo de disputas latino-americano, houve a intensificação das atividades do BM relacionadas à educação, com a expansão quantitativa e qualitativa de suas ações (Kruppa; Santos, 2023; Santos, 2014; 2017). Esse aumento no quantitativo de ações do BM se efetiva em variados âmbitos: além de participar de momentos de elaboração, passa pela implantação até a avaliação das políticas.

Na década de 1990, houve a generalização do neoliberalismo desse lado da América (Rodrígues Gómez, 1999). Os fatores históricos que possibilitaram o contexto de globalização neoliberal evidenciam o BM como um dos principais aportes do fenômeno (Coelho, 2012). Nesse caso, lutar contra o modelo neoliberal e contra os movimentos de globalização na América Latina que perpetuam as desigualdades sociais, econômicas e educacionais historicamente produzidas significa lutar pela ampliação da pluralidade de perspectivas analíticas, procedimentais e atitudinais sobre o campo.

Edwards (1997 *apud* Pereira, 2010b, p. 295) constrói um quadro que divide a periodização das reformas neoliberais na região em 3 momentos (Quadro 1). Como se percebe, a maioria dos Estados operacionalizou suas reformas administrativas na última década do século XX, sendo apenas o Chile, o México e a Bolívia os que iniciaram na mesma época em que os Estados Unidos da América (EUA) e a

Inglaterra. O neoliberalismo dos anos 1970 não é o mesmo praticado atualmente – novos elementos foram agregados com o passar dos anos (Puello-Socarrás, 2015).

Quadro 1 – Periodização das reformas neoliberais na América Latina

Classificação	Período	Países
Pioneiros	Final dos anos 1970 e início dos anos 1980	Chile, México e Bolívia
Reformadores de segunda geração	Final dos anos 1980	Costa Rica, Equador e Uruguai
Reformadores tardios	A partir dos anos 1990	Argentina, Brasil, Colômbia, El Salvador, Guatemala, Guiana, Honduras, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru e Venezuela
Não reformistas	----------	Haiti e República Dominicana

Fonte: elaborado pelo autor, com base em Edwards (1997 *apud* Pereira, 2010b, p. 295).

O modelo neoliberal ora instaurado defende o regime de produção denominado "acumulação flexível", caracterizado "[...] não só pela introdução da automação, mas também pela velocidade da rotatividade da mão-de-obra, que se torna desqualificada e obsoleta muito rapidamente em decorrência da velocidade das mudanças tecnológicas" (Chauí, 2001, p. 19).

Os próprios Estados agem para a interiorização da globalização neoliberal em seus territórios – isto é, a globalização neoliberal não é uma entidade supranacional. Mais do que um movimento de expansão de mercados, ela impacta a vida cultural e social dos sujeitos, por meio do âmbito jurídico-organizativo das sociedades, inclusive nos parâmetros da política educacional, sendo considerada um fenômeno irreversível, mas de valores questionáveis e de constantes embates contra-hegemônicos.

A globalização neoliberal tem a capacidade de reordenar as políticas públicas, tanto no que se refere ao espaço nacional quanto ao espaço internacional. Vê-se, com isso, a força que os fatores globais têm no que tange à imbricação de políticas educacionais, sendo estas o resultado das disputas no campo entre as demandas locais e a influência regional/internacional.

Tal cenário se torna ainda mais evidente quando se observa que "más recientemente, la intensificación de la globalización há hecho que el estudio de las políticas educativas a nivel nacional o local se vea casi obligado a considerar el

impacto de fatores internacionales de diverso tipo" (Gorostiaga, 2013, p. 244). Considera-se a existência de uma globalização neoliberal, porque esta seria a expressão dos fatores transnacionais que envolvem atores internos e externos aos Estados na definição dos rumos em matéria de organização social, inclusive no campo da educação, logo, da política educativa.

López Segrera (2003) assegura que a globalização-neoliberal é a forma especulativa do capitalismo financeiro. Coadunante a essa assertiva, Landinelli (2008, p. 165) identificou-o como "[...] *un nuevo orden mundial nutrido por la integración dinámica de la productividad del capital transnacional con el crecimiento acelerado y avasallante de las tecnologías de la información y la comunicación*".

A velocidade da circulação da informação, possibilitada pelas tecnologias digitais, propiciou o melhor aproveitamento do tempo para fins de lucro. Harvey (2005) considera que a passagem do fordismo para o regime flexível de acumulação acarretou um conjunto de fatores, dentre os quais se suscitou uma nova compreensão para a realidade do espaço-tempo das transações econômicas.

O que se coloca, com isso, é a caracterização da educação como fator-chave para a propagação das ideias neoliberais, por meio das OI que se fortaleceram nesse contexto. Por esse motivo, é possível a identificação de pontos de inflexão desse modelo nas políticas de educação da América Latina.

4 A GLOBALIZAÇÃO NEOLIBERAL E A ATUAÇÃO DO GRUPO BANCO MUNDIAL FRENTE ÀS POLÍTICAS EDUCACIONAIS

Por causa do fato de a América Latina ter sido historicamente considerada periférica no mercado internacional, principalmente em decorrência do Consenso de Washington (1989), a tese da subordinação dos governos latino-americanos aos ditames dos OI, em especial ao Grupo Banco Mundial (BM), tem prevalecido nas proposições teóricas de autores e autoras que tratam dos campos da educação da região – como Fonseca (1998, 2013), Silva (2002) e Barreto e Leher (2008)[vi]. Teóricos

que discutem os Estados que estão para além da região também compartilham dessa opinião, por exemplo, Dale (1999) e Harvey (2014). Entretanto, é pertinente observar a consideração de Rosemberg (2000, p. 65), quando afirmou que

> [...] deve-se atentar para não cair em falácias habituais: de se considerar que as orientações políticas das OMs [Organizações Multilaterais] são impostas aos governos nacionais sem sua anuência; de que as OMs sejam instituições homogêneas e que suas orientações sejam formuladas em base perfeitamente harmônica.

De acordo com Barrios (2009), dá-se o conceito de "multilateralismo" à forma pela qual os Estados estabelecem relações entre si, em plano internacional. Por extensão, hodiernamente, ele também é utilizado para tratar dos acordos que envolvem mais de três Estados para a criação de OI e/ou firmamento de acordos nas áreas de comércio, serviços e legislação internacional. Não distante disso, o termo é usado para caracterizar os acordos entre três ou mais Estados em matéria educativa, no nível da Educação Básica e/ou Superior.

Esse multilateralismo está embebido na globalização capitalista que, atualmente, é tecida nas relações de poder desiguais entre tais Estados. A "globalização capitalista" neoliberal é similar à "mundialização do capital". Nas condições por ela geradas, no tempo presente, houve uma complexização das influências estrangeiras na educação – ou seja, a intensificação da participação de atores ou de posturas que não são propriamente locais/nacionais.

Nas palavras de Reis (2001, p. 17), "a globalização seria então um estágio superior do desenvolvimento do capitalismo que alcançou a capacidade de reproduzir-se em escala ampliada, passando a atuar globalmente". Na consideração aqui desenvolvida, à semelhança de Nascimento (2016), a globalização é entendida como um fenômeno multifacetado que tem dimensões econômicas, porém também políticas e culturais. É nessa conjuntura que se imbricam e se tornam interdependentes a globalização e o modelo neoliberal de mercado.

Para um breve histórico, considera-se a afirmação de Zanatta (2017) sobre a origem da globalização, para quem o fenômeno é anterior ao século XX, pois, já no

fim do século XIX, as trocas comerciais entre os países e no interior dos países caracterizaram a vida da população europeia – em um processo que envolveu mais do que o comércio de bens, já que tangeu à circulação de culturas, histórias, tradições e costumes humanos. A intensificação da globalização foi dada pela capacidade e velocidade de as informações se propagarem, principalmente aquelas relacionadas às transações econômicas/comerciais.

Nas considerações de Bonal (2002) e López Segrera (2003), a globalização do início do século XXI é fruto de três acontecimentos: a queda do socialismo real, o neoliberalismo e a invenção/crescimento das Novas Tecnologias da Informação e Comunicação (NTICs). Bourdieu (1998) identifica o neoliberalismo como a teoria econômica que leva ao individualismo das "práticas sociais", majoritariamente das relações trabalhistas. Em relação a isso, Charlot (2006) e Puello-Socarrás (2015) tratam de uma "globalização neoliberal", por um fator ser dependente do outro.

Como se percebe, a globalização tem resultados econômicos, políticos e sociais em escala planetária, desde 1980 (Burton, 2014). Foi justamente nessa década que o BM "[...] assumiu um papel de liderança como modelador da agenda política e econômica para o enquadramento dos países da periferia" (Pereira, 2010a, p. 274). Rosemberg (2000, p. 72) afirma que os empréstimos do Banco "[...] na área social impõem condições prévias na área econômica (o que se denomina de condicionalidade) [...]". Em um argumento muito similar ao de Dale (1999), Bonal (2002) pontua que os empréstimos do BM levam a formas de governabilidade que estão para além do Estado-nação. O problema desses autores é que eles não consideram a capacidade de negociação que detém alguns Estados, relegando tudo à mera "imposição condicionada" do BM.

A ideia aqui defendida não pretere esses fatos, uma vez que as "condicionalidades" vêm depois dos acordos firmados. Contudo, considera-se que o BM não tem poder suficiente para impor sua agenda a uma agenda governamental do campo da educação na totalidade dos Estados-nação, pois existem atores locais que reivindicam pautas que podem ser contrárias às do Banco, assim como marcos

Temas & Matizes, Cascavel, v. 19, n. 35. Especial2025. *Ahead of Print*. Pró-reitoria de Graduação da Unioeste. DOI: 10.48075/rtm.v19i35.35647

regulatórios locais que demarcam e regulam os terrenos da política educacional (Santos, 2017). Isso se deve, porque os embates internos ao campo fazem emergir correlações de força entre os *corpus* que estão no centro de decisão das políticas a eles pertinentes.

Uma vez que as atuações do BM se dão em determinado contexto – e que, independentemente do contexto, sempre há relações de poder que se estabelecem no escopo econômico, a categoria "Estado" emerge como fundamental para a análise. Por isso, aqui, concebe-se o "Estado" como sendo a máquina ideológico-governamental responsável pela organização político-administrativa de uma região geográfica delimitada por convenção ou acordo político-econômico.

Para Afonso (2001), o Estado goza de certa autonomia para a tomada de decisões concernentes às demandas sociais. Todavia, no atual contexto geopolítico de globalização e capitalismo transnacionalizado, é necessário um conjunto de dinâmicas (econômicas, jurídicas e normativas) para tais tomadas. Rizvi e Lingard (2012, p. 539) elucidam que o Estado-nação do século XXI é "[...] uma esfera de políticas fragmentadas, permeada por redes transnacionais e agências e forças nacionais". Isso explica, em parte, as imbricações das políticas públicas que surgem das disputas entre os agentes dos campos sociais (Santos, 2017; 2022).

Por mais que as relações de poder sejam assimétricas, constrói-se e defende-se a tese de que não existe a mera imposição das políticas educacionais propostas pelo BM no processo (Santos, 2017; 2024a; 2024b; 2025). Na perspectiva do pesquisador, o que existem são acordos de entremeio. Isto é, aqueles que os textos da política demonstram poder existir para a modificação do delineamento da política educacional proposta, a depender das relações entre o grupo que está no poder e o BM. Esses acordos apenas são bem-sucedidos se, no plano das relações sociais mais amplas, o *status quo* local for mantido em benefício dos agentes que, na situação, estiverem no controle do capital estatal. Tal percepção se assenta no próprio fenômeno da globalização.

Temas & Matizes, Cascavel, v. 19, n. 35. Especial2025. *Ahead of Print*. Pró-reitoria de Graduação da Unioeste. DOI: 10.48075/rtm.v19i35.35647

Ao levar em consideração as reflexões de Coelho (2012, p. 8), assume-se que a compreensão dos processos políticos contemporâneos passa, necessariamente, pelo reconhecimento das assimetrias de poder, conforme sintetizado pelo autor:

> [...] como ideia força a noção de assimetrias de poder, a partir da qual os espaços são produzidos de acordo com os interesses daqueles que disputam o domínio no plano econômico, político e cultural e, para isso, usam os instrumentos de que dispõem – muito embora também saibamos que os resultados de um jogo não são apresentados desde seu início e que, portanto, os atores são moldados pelas estruturas, assim como por elas são afetados, em um ambiente de incertezas.

As concepções de política educacional do tempo presente não estão à parte da "globalização neoliberal". Logo, para tratar do tema com maior propriedade, a concepção de educação que é seguida neste texto está na direção da apresentada por Ruiz (2013, p. 120), para quem "la educación es concebida así como un producto histórico y cultural de cada sociedad cuyas características y desarrollo surgen como producto del consenso y disenso entre los responsables e involucrados".

É com essa assertiva que se passam a aprofundar os sentidos que o projeto neoliberal ganhou no âmbito dos Estados latino-americanos. A próxima seção tenta, objetivamente, apresentar o histórico e as novas estratégias da governabilidade neoliberal e os seus impactos no campo da política educacional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reflexão apresentada neste artigo vai na direção da defesa de que o BM, como organismo internacional que mais financia políticas públicas educacionais, quando comparado aos seus congêneres, apenas fortalece a lógica da globalização neoliberal em educação na América Latina, por encontrar atores locais que aderem à lógica por ele defendida. Logo, não existe a imposição de políticas educacionais por parte dele.

Por isso, não obstante aos pressupostos que são usados por esse OI, emerge como necessário o entendimento de quais trincheiras podem ser erguidas pelos(as) estudiosos(as) do campo da política educacional para deter o avanço da neoliberalização da ideia de educação pública latino-americana. Apontam-se três delas, nesse início de segundo quartil do século XXI:

1) a criação, de modo democrático e multinível, de um modelo de globalização contra-hegemônico que emerja da América Latina – objetivando enaltecer a região como berço de produção cultural e de formas outras de sociabilidade, bem como uma relação de cooperação entre os seres humanos e a natureza;

2) a promoção da solidariedade humana por meio da educação – pois, com a crescente onda de aprofundamento da violência como mecanismo de acesso aos espaços de poder por parte dos indivíduos e instituições, os acordos entre os Estados latino-americanos e as OI não podem prescindir da manutenção da vida e do respeito às escolhas individuais sem ônus coletivo; e

3) o fomento da concepção do Estado como bastião da educação pública, com gestão pública, gratuita, laica, inclusiva, antirracista e de qualidade socialmente referenciada, para o combate às violências de cunho político e ambiental.

A discussão sobre os modos de construção dessas três trincheiras não cabe nas linhas do presente texto. Contudo, ela serve como proposta para outras escritas acerca do tema. O alerta final é que, no contexto da globalização neoliberal aqui problematizada, os(as) pesquisadores(as) do campo da Educação, com destaque para as políticas públicas educacionais, não podem deixar de calibrar suas lentes analíticas com o foco da interferência das organizações internacionais. Isso, pelo fato de ser necessário o entendimento sobre o panorama do hoje, para uma percepção aprofundada sobre o que se delineia no futuro.

REFERÊNCIAS

AFONSO, A. J. Reforma do estado e políticas educacionais: entre a crise do estado-nação e a emergência da regulação supranacional. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 22, n. 75, p. 15-32, ago. 2001. DOI: 10.1590/S0101-73302001000300003. Disponível em: https://www.scielo.br/j/es/a/CGkRcsCcsynSwtSRsj44LBf/?lang=pt&format=pdf. Acesso em: 11 jun. 2021.

ALMEIDA, W. A trajetória das instituições financeiras multilaterais e suas relações com as políticas públicas. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 9, n. 1, p. 173-188, jul./dez. 2005. DOI: 10.18764/2178-2865.v9n1p173-188. Disponível em: http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/3773/1854. Acesso em: 1 abr. 2018.

ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. *In*: SADER, E.; GENTILI, P. (org.). **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o estado democrático. São Paulo: Paz e Terra, 1995. p. 9-23.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **O desenvolvimento econômico da América Latina desde a independência**. 1. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

BARRETO, R. G.; LEHER, R. Do discurso e das condicionalidades do Banco Mundial, a educação superior "emerge" terciária. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 39, p. 423-436, set./dez. 2008. DOI: 10.1590/S1413-24782008000300002. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbedu/a/488734898. Acesso em: 11 jun. 2021.

BELLO, I. M.; JACOMINI, M. A.; MINHOTO, M. A. P. Pesquisa em política educacional no Brasil (2000-2010): uma análise de teses e dissertações. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 9, n. 2, p. 369-393, jul./dez. 2014. DOI: 10.5212/PraxEduc.v.9i2.0001. Disponível em: https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/6389. Acesso em: 11 jun. 2021.

BONAL, X. *Globalización y política educativa: un análisis crítico de la agenda del Banco Mundial para América Latina.* ***Revista Mexicana de Sociología***, Cidade do México, v. 64, n. 3, p. 3-35, jul./set. 2002. DOI: 10.2307/3541389. Acesso em: 12 maio 2020.

BONAL, X. *Contra la pobreza... ¿desigualdad? La educación como estrategia de superación de la pobreza según el Banco Mundial: algunos ejemplos de América Latina. In: GOMÀ, R.; JORDANA, J. (ed.).* ***Descentralización y políticas sociales en América Latina****. Barcelona: Fundació* CIDOB, 2004. p. 91-125. Disponível em: https://www.cidob.org/publicaciones/serie_de_publicacion/interrogar_la_actualidad/descentralizacion_y_politicas_sociales_en_america_latina. Acesso em: 3 maio 2020.

BONETTO, M. S. *El Estado en la región: la conflictiva discusión de alternativas teóricas. In: REY, M. T. (ed.).* ***El Estado em América Latina****: continuidades y rupturas*. Santiago: CLACSO; Editorial Arcis, 2012. p. 117-138. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20121127121700/ElEstadoenAmericaLatina.pdf. Acesso em: 17 dez. 2018.

BOURDIEU, P. *The essence of neoliberalism.* ***Le Monde diplomatique***, Paris, dec. 1998. Disponível em: https://mondediplo.com/1998/12/08bourdieu#. Acesso em: 8 abr. 2020.

BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. Tradução de Denice Barbara Catani. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

BOURDIEU, P. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Tradução de Mariza Corrêa. 11. ed. Campinas: Papirus, 2011.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

BROWN, P.; LAUDER, H. *Education, Globalization, and Economic Development. In: HALSEY, A. H. et al.* ***Education****: culture, economy, and society. Oxford; New York: Oxford University Press*, 1997. p. 172-192.

BURTON, G. Teorizando o Estado e a globalização na política e políticas educacionais. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 9, n. 2, p. 315-332, jul./dez. 2014. DOI: 10.5212/PraxEduc.v.9i2.0013. Disponível em: https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/6393. Acesso em: 11 jun. 2021.

CALCAGNO, A. E. *El financiamiento de la educación en América Latina.* ***Revista Iberoamericana de Educación****, Madri*, n. 14, p. 11-44, maio/ago. 1997. DOI: 10.35362/rie1401099. Disponível em: https://rieoei.org/historico/oeivirt/rie14a01.pdf. Acesso em: 31 maio 2020.

CHARLOT, B. A pesquisa educacional entre conhecimentos, políticas e práticas: especificidades e desafios de uma área de saber. **Revista Brasileira de Educação**,

Rio de Janeiro, v. 11, n. 31, p. 7-18, jan./abr. 2006. DOI: 10.1590/S1413-24782006000100002. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n31/a02v11n31.pdf. Acesso em: 13 abr. 2018.

CHAUÍ, M. S. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

COELHO, J. C. **Economia, poder e influência externa**: o Banco Mundial e os anos de ajuste na América Latina. São Paulo: Ed. Unifesp, 2012.

DALE, R. *Specifying globalization effects on national policy: a focus on the mechanisms.* ***Journal of Education Policy****, England and Wales*, v. 14, n. 1, p. 1-17, 1999. DOI: 10.1080/026809399286468. Disponível em: https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/026809399286468. Acesso em: 11 jun. 2021.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIAS SOBRINHO, J. *Calidad, pertinencia y responsabilidad social de la universidad latinoamericana y caribeña*. *In*: GAZZOLA, A. L.; DIDRIKSSON, A. (ed.). ***Tendencias de la educación superior em America Latina y el Caribe***. Caracas: IESALC-UNESCO, 2008. p. 87-112.
DIDRIKSSON, A. *Contexto global y regional de la educación superior en América Latina y el Caribe*. *In*: GAZZOLA, A. L.; DIDRIKSSON, A. (ed.). ***Tendencias de la educación superior em America Latina y el Caribe***. Caracas: IESALC-UNESCO, 2008. p. 21-54.

DIDRIKSSON, A. *La nueva agenda de transformación de la educación superior en América Latina.* ***Perfiles Educativos****, Coyoacán*, v. 34, n. 138, p. 184-203, out./dez. 2012. DOI: 10.22201/iisue.24486167e.2012.138.34153. Disponível em: https://www.iisue.unam.mx/perfiles/articulo/2012-138-la-nueva-agenda-de-transformacion-de-la-educacion-superior-en-america-latina.pdf. Acesso em: 24 jul. 2019.

FERNÁNDEZ LAMARRA, N. R.; PÉREZ CENTENO, C. G. *La educación superior latinoamericana en el inicio del nuevo siglo: situación, principales problemas y perspectivas futuras.* ***Revista Española de Educación Comparada****, Madri*, n. 27, p. 123-148, jan./jun. 2016. DOI: 10.5944/reec.27.2016.15044. Disponível em: http://revistas.uned.es/index.php/REEC/article/view/15044/14414. Acesso em: 24 jul. 2019.

FONSECA, M. O Banco Mundial como referência para a justiça social no terceiro mundo: evidências do caso brasileiro. **Revista da Faculdade de Educação**, São

Paulo, v. 24, n. 1, p. 37-69, jan./jun. 1998. DOI: 10.1590/S0102-25551998000100003. Disponível em: http://www.revistas.usp.br/rfe/article/view/59613/62710. Acesso em: 16 maio 2014.

FONSECA, M. O Banco Mundial e a educação: reflexões sobre o caso brasileiro. *In*: GENTILI, P. **Pedagogia da exclusão**: crítica ao neoliberalismo em educação. 19. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 159-183.

GARCÍA GUADILLA, C. *Balance de la década de los '90 y reflexiones sobre las nuevas fuerzas de cambio en la educación superior*. *In*: MOLLIS, M. (comp.). ***Las universidades en América Latina**: ¿reformadas o alteradas? La cosmética del poder financiero. Buenos Aires*: CLACSO, 2003. p. 17-37. Disponível em: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/mollis/gguadilla.pdf. Acesso em: 18 abr. 2020.

GOMES, A. M.; OLIVEIRA, J. F. Educação superior como sujeito-objeto de estudo. *In*: GOMES, A. M.; OLIVEIRA, J. F. (org.). **Reconfiguração do campo da educação superior**. Campinas: Mercado de Letras, 2012. p. 13-70.

GOROSTIAGA, J. M. Un abordaje de la cuestión epistemológica em los estúdios comparados sobre política educativa. *In*: TELLO, C. (coord.). **Epistemologías de la política educativa**: posicionamientos, perspectivas y enfoques. Campinas: Mercado de Letras, 2013. p. 239-268.

HARVEY, D. **Condição Pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 14. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. 8. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

KRAWCZYK, N. R.; ROSAR, M. F. F. Mapeamento das possibilidades de investigação da política educacional gestada na América Latina. *In*: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 23., 2000, Caxambu. **Anais** [...]. Caxambu: ANPEd, 2000. p. 1-12. Disponível em: https://www.anped.org.br/sites/default/files/gt_05_09.pdf. Acesso em: 12 jun. 2021.

KRUPPA, S. M. P.; SANTOS, T. R. F. S. O avanço da atuação do Grupo Banco Mundial na educação básica brasileira. *In*: REUNIÃO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 41., 2023, Manaus. **Anais** [...]. Manaus: ANPEd, 2023. p. 1-7.

LÓPEZ SEGRERA, F. *El impacto de la globalización y de las políticas educativas en los sistemas de educación superior de América Latina y el Caribe. In: MOLLIS, M.*

*(comp.). **Las universidades en América Latina**: ¿reformadas o alteradas? La cosmética del poder financiero. Buenos Aires*: CLACSO, 2003. p. 39-58. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20101109010429/mollis.pdf. Acesso em: 17 dez. 2018.

LÓPEZ SEGRERA, F. *Educación superior mundial comparada e internacionalización ¿Cooperación solidaria o nuevos proveedores con ánimo lucro*? *In*: LEHER, R. (comp.). ***Por una reforma radical de las universidades latinoamericanas***. *Rosario: Homo Sapiens Ediciones*, 2010. p. 121-234. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/gsdl/collect/clacso/index/assoc/D5419.dir/libro2.pdf. Acesso em: 30 dez. 2018.

MARTINS, D. V. **A história da educação superior na América Latina e o desafio integracionista da Universidade Federal da Integração Latino-americana (UNILA)**. 2011. 98 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2011. Disponível em: https://dspace.unila.edu.br/bitstream/handle/123456789/569/Dissertacao%20Denis%20Martins%20PDF.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 29 jun. 2020.

MONCAYO CRUZ, V. M. *¿Cómo aproximarnos al Estado en América Latina?. In: REY, M. T. (ed.). **El estado em América Latina**: continuidades y rupturas*. Santiago: CLACSO; Editorial Arcis, 2012. p. 19-49. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20121127121700/ElEstadoenAmericaLatina.pdf. Acesso em: 17 dez. 2018.

NASCIMENTO, F. P. Classificação da pesquisa: natureza, método ou abordagem metodológica, objetivos e procedimentos. *In*: NASCIMENTO, F. P.; SOUSA, F. L. L. (org.). **Metodologia da Pesquisa Científica**: teoria e prática. 2. ed. Brasília: Thesaurus, 2016. p. 1-11. Disponível em: http://franciscopaulo.com.br/arquivos/Classifica%C3%A7%C3%A3o%20da%20Pesquisa.pdf. Acesso em: 2 nov. 2021.

OCAMPO, J. A.; FLORES, L. E. B. **O desenvolvimento econômico da América Latina desde a independência**. 1. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

PEREIRA, J. M. M. O Banco Mundial e a construção político-intelectual do “combate à pobreza”. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 260-282, jul./dez. 2010a. DOI: 10.1590/2237-101X011021014. Disponível em: https://www.scielo.br/j/topoi/a/v3d9K7w9d7w9d7w9d7w9d7w/. Acesso em: 11 jun. 2021.

PEREIRA, J. M. M. **O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro (1944-2008)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010b.

PUELLO-SOCARRÁS, J. F. *Neoliberalismo, antineoliberalismo, nuevo neoliberalismo: episodios y trayectorias económico-políticas suramericanas* (1973-2015). *In*: VILLAGRA, L. R. (coord.). ***Neoliberalismo en América Latina**: crisis, tendencias y alternativas. Asunción*: CLACSO, 2015. p. 19-42. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20151203044203/Neoliberalismo.pdf. Acesso em: 17 dez. 2018.

REIS, M. L. M. **A universidade pública em crise**: dilemas e desafios frente à globalização e ao MERCOSUL. 2001. 193 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/82092/184042.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 9 jul. 2020.

RIBEIRO, D. **América Latina**: a pátria grande. 3. ed. São Paulo: Global, 2017.

RIVERO, J. *Reforma y desigualdad educativa en América Latina.* ***Revista Iberoamericana de Educación**, Madri*, n. 23, p. 103-133, maio/ago. 2000. DOI: 10.35362/rie2301016. Disponível em: https://rieoei.org/historico/documentos/rie23a03.PDF. Acesso em: 2 jun. 2020.

RIZVI, F.; LINGARD, B. A OCDE e as mudanças globais nas políticas de educação. *In*: COWEN, R.; KAZAMIAS, A. M.; ULTERHALTER, E. **Educação comparada**: panorama internacional e perspectivas. Brasília, DF: UNESCO, CAPES, 2012. p. 531-551.

RODRÍGUES GÓMEZ, R. La universidad latinoamericana en la encrucijada del siglo XXI. **Revista Iberoamericana de Educación**, Madri, n. 21, p. 55-77, set./dez. 1999. DOI: 10.35362/rie2101037. Disponível em: https://rieoei.org/historico/documentos/rie21a04.PDF. Acesso em: 29 maio 2020.

ROSEMBERG, F. Uma introdução ao estudo das organizações multilaterais no campo educacional. *In*: KRAWCZYK, N.; CAMPOS, M. M.; HADDAD, S. (org.). **O cenário educacional latino-americano no limiar do século XXI**: reformas em debate. Campinas: Autores Associados, 2000. p. 63-94.

RUIZ, G. El enfoque jurídico normativo de la política educacional. *In*: TELLO, C. (coord.). **Epistemologías de la política educativa**: posicionamientos, perspectivas y enfoques. Campinas: Mercado de Letras, 2013. p. 109-162.

SANTOS, T. R. F. S. **Análise psicopedagógica da proposta educacional Aprendizagem para Todos do Grupo Banco Mundial**. 2014. 127 f. Trabalho de

Conclusão de Curso (Bacharelado em Psicopedagogia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/4409/1/TRFSS11092014.pdf. Acesso em: 16 abr. 2015.

SANTOS, T. R. F. S. **Análise da atuação do Grupo Banco Mundial na Educação Superior do Brasil**. 2017. 137 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/27927/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20Thiago%20Rodrigo%20Fernandes%20da%20Silva%20Santos.pdf. Acesso em: 30 jan. 2018.

SANTOS, T. R. F. S. As influências do Grupo Banco Mundial no campo da Educação Superior: pautas contemporâneas em torno da avaliação. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, Sorocaba, v. 29, p. 1-16, 2024a. DOI: 10.1590/S1414-40772024000100018. Disponível em: https://www.scielo.br/j/aval/a/xrc4MqdWZSQPqDj7DzpCcPy/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 19 maio 2020.

SANTOS, T. R. F. S. O Grupo Banco Mundial no campo da educação superior da América Latina: uma análise das dissertações e das teses publicadas no Brasil sobre o tema. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 40, p. 1-17, 2024b. DOI: 10.1590/0104-4060.91696. Disponível em: https://www.scielo.br/j/er/a/Q8rHVrspQ4bqB5vXh9KMHJk/?lang=pt. Acesso em: 20 nov. 2021.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2011.

SCOCUGLIA, A. C. Globalizações, política educacional e pedagogia contra-hegemônica. *In*: KRAWCZYK, N.; CAMPOS, M. M.; HADDAD, S. (org.). **O cenário educacional latino-americano no limiar do século XXI**: reformas em debate. Campinas: Autores Associados, 2000. p. 39-62.

SILVA, M. A. **Intervenção e consentimento**: a política do Banco Mundial. Campinas: Autores Associados; São Paulo: FAPESP, 2002.

SOUZA, J. F. Educação Superior na América Latina e Caribe: panorama e perspectivas cem anos após a Reforma de Córdoba. **Educação e Emancipação**, São Luís, v. 11, n. 3, p. 91-122, set./dez. 2018. DOI: 10.18764/2358-4319.v11n3p91-122. Disponível em: http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/reducacaoemancipacao/article/view/9728. Acesso em: 2 maio 2019.

TEODORO, A. N. D.; GUILHERME, M. M. D. A educação superior em tempos de mudança na América Latina e na Europa: anotações para uma agenda alternativa. **Laplage em Revista**, Sorocaba, v. 3, n. 3, p. 8-16, set./dez. 2017. DOI: 10.24115/S2446-6220201733394p.8-16. Disponível em: http://www.laplageemrevista.ufscar.br/index.php/lpg/article/view/394/607. Acesso em: 23 jul. 2019.

TORRES, C. A. Después de la tormenta neoliberal: la política educativa latino-americana entre la crítica y la utopia. **Revista Iberoamericana de Educación**, Madri, n. 48, p. 207-229, set./dez. 2008. DOI: 10.35362/rie480693. Disponível em: https://rieoei.org/historico/documentos/rie48a10.pdf. Acesso em: 9 jun. 2020.

ZANATTA, L. **Uma breve história da América Latina**. Tradução de Euclides Luiz Calloni. São Paulo: Cultrix, 2017.

Recebido em: 28-06-2025
Aceito em: 10-12-2025

[i] O sistema colonial era baseado em dominação de uma metrópole frente ao "país do Novo Mundo", exploração econômica, para manutenção dos cofres da metrópole, uso de mão de obra escravizada e inexistência de políticas para a valorização e desenvolvimento do local que possibilitassem a não dependência financeira por parte da então Colônia (Martins, 2011).

[ii] "A industrialização tem como pré-requisito a criação de um conjunto de suporte na área de infraestrutura (estradas, telecomunicações e energia), no suprimento de matérias-primas indispensáveis na cadeia produtiva e, por fim, na criação das indústrias de base" (Coelho, 2012, p. 99).

[iii] Os últimos sete decênios do cenário político-econômico internacional foram estruturalmente modificados. Isso não se deu apenas pelo fim da II Segunda Guerra Mundial (1939-1945), mas pela presença, paulatinamente mais forte, dos organismos internacionais no macrocampo social.

[iv] Para uma caracterização robusta do ordo-liberalismo alemão, vide Dardot e Laval (2016).

[v] No que tange aos seus escopos de programa, monetarismo e neoliberalismo são diferentes, porque "[...] [o **monetarismo**] se prende à gestão da política econômica enquanto o **neoliberalismo** se propõe como um programa político" (Coelho, 2012, p. 149, grifos nossos).

[vi] Atualmente, o BM tem 189 países membros – dentre os 193 reconhecidos pela Organização das Nações Unidas.